NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

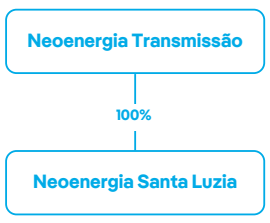
1. A NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da *Warrington Investment Pte*. Ltd.

1.1. Estrutura Societária

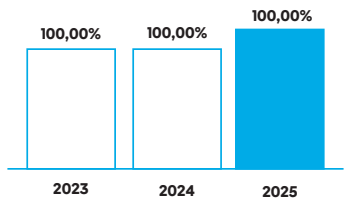
Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV.

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100% (100% em 2024). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2025, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	Simples	500kV	124	N/A	28/06/2021	08/03/2048
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	Simples	500kV	222	N/A	07/11/2021	08/03/2048

3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas

Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Santa Luzia II	500kV	28/06/2021	09/03/2048

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R$84.278 mil (R$80.021 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III **LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II** **SE Santa Luzia II**	100%	84.278	2028	Junho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R$ mil)	2025	2024	Variação R$	Variação %
Receita líquida	125.310	105.403	19.907	19%
MARGEM BRUTA	**125.310**	**105.403**	**19.907**	**19%**
Custo de operação	(8.406)	(5.215)	(3.256)	63%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.392)	(950)	(377)	37%
=Despesa Operacional	**(9.798)**	**(6.165)**	**(3.633)**	**59%**
PECLD	(210)	174	(384)	-221%
EBITDA	**115.302**	**99.412**	**15.890**	**16%**
Depreciação	(252)	(154)	(98)	64%
Resultado Financeiro	(41.224)	(36.348)	(4.876)	13%
IR/CS	(25.091)	(20.212)	(4.879)	24%
LUCRO LÍQUIDO	**48.735**	**42.698**	**6.037**	**14%**

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram respectivamente R$ 125.310 mil, +19% vs. 2024 e -R$ 9.798 mil, +59% vs. 2024, explicadas pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R$ 115.302 mil, aumento de 16%, em relação ao ano de 2024.

O resultado financeiro foi negativo em R$ 41.224 mil em 2025 (+13% vs. 2024). A variação deve-se principalmente à redução de encargos de dívida e redução dos rendimentos de aplicação financeira.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2025 de R$ 48.735 mil, aumento de 14% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R$ 502.478 mil (dívida líquida R$ 480.424 mil), apresentando um aumento de 1% em relação a dezembro de 2024, quando a dívida bruta foi de R$ 502.151 mil (dívida líquida R$ 484.185 mil).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 95,3% da dívida bruta contabilizada no longo prazo (96% em 2024).

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Santa Luzia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Santa Luzia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Santa Luzia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Santa Luzia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	**3**	**125.310**	**105.403**
Custos		**(8.494)**	**(5.303)**
Custos de operação	**4**	(8.494)	(5.303)
Lucro bruto		**116.816**	**100.100**
Perdas de crédito esperadas	**8.**1	(210)	174
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(1.556)	(1.016)
Lucro operacional		**115.050**	**99.258**
Resultado financeiro	5	**(41.224)**	**(36.348)**
Receitas financeiras		2.549	8.645
Despesas financeiras		(43.969)	(45.133)
Outros resultados financeiros, líquidos		196	140
Lucro antes dos tributos		**73.826**	**62.910**
Tributos sobre o lucro	**6.1.**1	**(25.091)**	**(20.212)**
Corrente		(59)	(205)
Diferido		(25.032)	(20.007)
Lucro líquido do exercício		**48.735**	**42.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**48.735**	**42.698**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**48.735**	**42.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**48.735**	**42.698**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	252	154
Tributos sobre o lucro	25.091	20.212
Resultado financeiro, líquido	41.224	36.348
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(592)	136
Concessão serviço público (ativo contratual)	(51.276)	(32.002)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	1.833	(620)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(9)	-
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	6.191	1.991
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	419	(302)
Outros ativos e passivos, líquidos	(2.247)	656
Caixa gerado nas operações	**69.621**	**69.271**
Encargos de dívidas pagos	(20.453)	(20.381)
Rendimentos de aplicações financeiras	2.389	7.734
Tributos sobre o lucro pagos	-	(200)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**51.557**	**56.424**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(1.055)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(748)	(726)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.111	1.428
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**2.363**	**(353)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(22.067)	(20.657)
Remuneração paga ao acionista	(26.900)	(96.449)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	**(48.967)**	**(117.106)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**4.953**	**(61.035)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.750	67.785
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.703	6.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	11.703	6.750
Contas a receber de clientes e outros	**8**	10.251	9.658
Títulos e valores mobiliários		10.351	11.216
Tributos sobre o lucro a recuperar	**6.1.3**	541	2.130
Outros tributos a recuperar		1.246	1.265
Estoques		5.183	3.316
Concessão do serviço público (ativo contratual)	**9**	83.922	80.858
Outros ativos		2.809	1.546
Total do circulante		**126.006**	**116.739**
Não circulante			
Depósitos judiciais	**12.1.c**	4.316	4.109
Concessão do serviço público (ativo contratual)	**9**	910.878	862.666
Imobilizado		3.049	3.136
Intangível		143	308
Total do não circulante		**918.386**	**870.219**
Total do ativo		**1.044.392**	**986.958**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	**10**	19.650	18.013
Empréstimos e financiamentos	**11.2**	23.707	22.286
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		-	9
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	**6.2**	983	1.032
Dividendos a pagar	**13.2**	26.301	2.203
Outros passivos		5.446	2.648
Total do circulante		**76.087**	**46.191**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**11.**2	478.771	479.865
Tributos sobre o lucro diferidos	**6.1.2**	160.029	134.999
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	**6.**2	93.598	88.771
Provisões	**12**	4.527	3.600
Outros passivos		242	132
Total do não circulante		**737.167**	**707.367**
Patrimônio líquido	**13**		
Atribuído ao acionista da Companhia		231.138	233.400
Total do patrimônio líquido		**231.138**	**233.400**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.044.392**	**986.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de Lucros: Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**114.059**	**13.531**	**75.388**	**30.422**	**-**	**233.400**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.735	48.735
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração ao acionista	13.2	-	-	(39.422)	-	(11.575)	(50.997)
Constituição de reserva de lucros	13.3	-	2.437	-	34.723	(37.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**114.059**	**15.968**	**35.966**	**65.145**	**-**	**231.138**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**114.059**	**11.396**	**113.832**	**48.556**	**-**	**287.843**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.698	42.698
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração ao acionista	13.2	-	-	(38.444)	(48.556)	(10.141)	(97.141)
Constituição de reserva de lucros	13.3	-	2.135	-	30.422	(32.557)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**114.059**	**13.531**	**75.388**	**30.422**	**-**	**233.400**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Santa Luzia" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de 2025/2026 é de R$84.278 (R$80.021 para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/03/2018. **1.1. Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de *swap* e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de *swap*, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de *commodities* metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos *covenants* financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros de dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.2. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. Risco de crédito de instituições financeiras. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**	**Moody's**	**S&P**	**Fitch**
BNDES	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Banco do Brasil	AAA	-	AAA

1.1.3. Risco regulatório: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **1.1.4. Gestão de demais riscos associados: Casos fortuitos e de força maior:** Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Inadimplência Extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 estabeleceu a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. O benefício foi preservado apenas para os empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e que iniciassem operação comercial em até 48 meses. Esse marco regulatório desencadeou um movimento intenso de pedidos de outorga — a denominada "Corrida do Ouro" — especialmente para usinas eólicas e solares. Contudo, parcela relevante desses projetos não evoluiu por insuficiência financeira ou técnica, resultando em atrasos de entrada em operação comercial, inadimplência dos titulares de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e impactos sobre a receita das transmissoras. Com o objetivo de mitigar novos episódios de inadimplência e reforçar a segurança econômico-financeira do segmento, a ANEEL adotou medidas de controle. De maneira complementar, publicou, em junho de 2025, a Resolução Normativa nº 1.125/2025, que instituiu metodologia para verificação do "máximo esforço" das transmissoras na cobrança dos encargos rescisórios dos CUST. O regulamento reforça a atuação diligente das transmissoras e estabelece mecanismos de controle alinhados às ações conduzidas pelo ONS e demais agentes setoriais. A Companhia já está aplicando integralmente as medidas previstas na REN nº 1.125/2025, atuando de forma tempestiva e rigorosa na gestão e cobrança dos encargos, contribuindo para a redução do risco de inadimplência e para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões. **1.1.5. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	100.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	411.497
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	411.497

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 04 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
8.2	Perdas de crédito esperadas
9.2	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12.2	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 (CPC 51) introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.389	8.831
Tributos sobre receita financeira	(136)	(429)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	1	2
Atualização de depósitos judiciais	295	241
	2.549	**8.645**
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida [1]	(42.847)	(44.756)
Atualização de provisões para processos judiciais	(894)	(222)
IOF	(27)	(44)
Outras despesas financeiras	(201)	(111)
	(43.969)	**(45.133)**
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(47)	(23)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	243	163
	196	**140**
Resultado financeiro, líquido	**(41.224)**	**(36.348)**

[1] Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação;

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**73.826**	**62.910**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	**(25.101)**	**(21.389)**
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	1.415
Outras adições (reversões) permanentes	10	(238)
Tributos sobre o lucro	**(25.091)**	**(20.212)**
Alíquota efetiva	**34%**	**32%**
Corrente	(59)	(205)
Diferido	(25.032)	(20.007)

6.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	**24.441**	**23.596**
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(186.118)	(159.752)
Outros	1.648	1.157
Saldo final do exercício	**(160.029)**	**(134.999)**
Passivo não circulante	160.029	134.999

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**(134.997)**	**(114.992)**
Efeitos reconhecidos no resultado	(25.032)	(20.007)
Saldo final do exercício	**(160.029)**	**(134.999)**

6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda – IR	529	2.004
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	12	126
	541	**2.130**
Ativo circulante	541	2.130

6.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2025	2024
Outros tributos indiretos[1]	92.717	87.881
Outros	1.051	1.354
Outros tributos	**93.768**	**89.235**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	692	469
Outros encargos setoriais	121	99
Encargos setoriais	**813**	**568**
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	**94.581**	**89.803**
Passivo circulante	983	1.032
Passivo não circulante	93.598	88.771

[1] Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.
A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	3.425	3.307
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.314	1.487
Fundos de investimento	3.964	1.956
	11.703	**6.750**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	3.964	1.956
	3.964	**1.956**

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	10.750	(499)	10.251	9.947	(289)	9.658
	10.750	**(499)**	**10.251**	**9.947**	**(289)**	**9.658**
Ativo circulante			10.251			9.658

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	9.269	(31)	9.628	(32)
Saldos vencidos:				
entre 1 e 90 dias	23	(5)	27	(5)
entre 91 e 180 dias	139	(55)	52	(21)
entre 181 e 365 dias	317	(112)	42	(33)
acima de 366	1.002	(296)	198	(198)
	10.750	**(499)**	**9.947**	**(289)**

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**(289)**	**(463)**
Adições	(210)	(747)
Reversões	-	921
Saldo final do exercício	**(499)**	**(289)**

8.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**943.525**	**911.522**
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(81.010)	(77.413)
Remuneração do ativo contratual	100.043	96.720
Adições e mensuração do ativo contratual	32.242	12.695
Saldo final do exercício	**994.800**	**943.524**
Circulante	83.922	80.858
Não circulante	910.878	862.666

9.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **9.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente, (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revisitada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	19.650	18.013
Total	**19.650**	**18.013**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Agências de fomento	502.478	502.151
Empréstimos e financiamentos	**502.478**	**502.151**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(11.703)	(6.750)
(-) Títulos e valores mobiliários	(10.351)	(11.216)
Dívida líquida	**480.424**	**484.185**

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R$").
a) Saldos dos contratos por moeda

	2025	2024
Denominados em R$		
Indexados a taxas flutuantes	503.685	503.493
(-) Custos de transação	(1.207)	(1.342)
	502.478	**502.151**
Passivo circulante	23.707	22.286
Passivo não circulante	478.771	479.685

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal [1]	Juros [1]	Total
2026	23.429	20.255	43.684
2027	24.809	20.181	44.990
2028	26.134	19.930	46.064
2029	27.544	19.372	46.916
2030	29.034	19.049	48.083
Entre 2031 e 2035	171.009	84.931	255.940
Entre 2036 e 2040	225.340	57.783	283.123
2041 em diante	200.629	14.371	215.000
Total	**727.928**	**255.872**	**983.800**

[1] O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 10,84 anos (12,26 anos em 31 de dezembro de 2024). **c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações**

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**502.151**	**498.433**
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(22.067)	(20.657)
Pagamento de encargo de dívida	(20.453)	(20.381)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	42.848	44.756
Saldo final do exercício	**502.479**	**502.151**

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenants* da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima ou igual ao limite contratual (1,3). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **11.3. Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais	4.485	3.300
Provisão para obrigações ambientais (i)	42	300
	4.527	**3.600**
Passivo não circulante	4.527	3.600

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.
12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.
Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.300**	**3.300**
Adições e reversões, líquido	331	331
Atualizações monetárias	854	854
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.485**	**4.485**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.498**	**3.498**
Adições e reversões, líquido	(420)	(420)
Atualizações monetárias	222	222
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.300**	**3.300**

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	179	157
Processos fiscais (ii)	134	112
	313	**269**

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Processos cíveis: refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	2.055	2.020
Processos fiscais	2.261	2.089
	4.316	**4.109**

12.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$114.059 (R$114.059 em 31 de dezembro de 2024, sendo R$243.225 subscritos e R$129.166 a integralizar), dividido em 114.059.058,00 ações ordinárias (243.225.016 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
Acionista	**Total de ações**	**%**	**R$**
Neoenergia Transmissão S.A.	114.059	100%	114.059
Total	**114.059**	**100%**	**114.059**

13.2. Remuneração do acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**48.735**	**42.698**
Reserva legal	(2.437)	(2.135)
Lucro ajustado	**46.297**	**40.563**
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(34.723)	(30.422)
Lucro líquido a distribuir	**11.574**	**10.141**
Remuneração		
Mínima obrigatória	11.574	10.141
	11.574	**10.141**
Natureza da remuneração		
Dividendos	11.574	5.979
Juros sobre o capital próprio [1]	-	4.162
	11.574	**10.141**

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGE de 30 de abril de 2025	Dividendos a partir da reserva de lucros a realizar	9.000	0,078907
AGE de 30 de abril de 2025	Dividendos intermediários	1.696	0,014869
AGO de 21 de março de 2025	Dividendos adicionais	30.422	0,266722
Total		**41.118**	**0,360498**
2024			
AGE de 30 de abril de 2024	Dividendos intermediários	1.937	0,016982
AGE de 05 de agosto de 2024	Dividendos intermediários	3.314	0,029055
AGE de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	1.870	0,016395
AGE de 11 de novembro de 2024	Dividendos intermediários	472	0,004138
AGE de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	2.292	0,020094
		9.885	**0,086665**

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**2.203**	**2.135**
Dividendos distribuídos [1]	50.998	97.141
Imposto de renda retido na fonte	-	(624)
Dividendos pagos no exercício	(26.900)	(96.449)
Saldo final do exercício	**26.301**	**2.203**

13.3. Reservas de lucros: a) Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. **c) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **13.4. Política contábil material:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2025		
	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo			
Contas a receber e outros (a)	1.263	569	1.832
	1.263	**569**	**1.832**
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (b)	-	383	383
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	26.301	-	26.301
	26.301	**383**	**26.684**

	2024		
	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo			
Contas a receber e outros (a)	1.056	625	1.681
	1.056	**625**	**1.681**
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros(b)	-	364	364
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar(c)	2.203	-	2.203
	2.203	**364**	**2.567**

14.2. Transações com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a)	6.544	3.305	**9.849**	6.498	3.115	**9.613**
Custos dos serviços (b)	(4.429)	-	**(4.429)**	(3.161)	-	**(3.161)**
	2.115	**3.305**	**5.420**	**3.337**	**3.115**	**6.452**

14.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2045	1.263	3.305
(a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2027	179	2.083
(a)	Elektro Redes	TUST	IPCA	25 anos	2027	147	1.712
(a)	Neoenergia Pernambuco	TUST	IPCA	30 anos	2060	115	1.249
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2028	(383)	(4.429)
(c)	Neoenergia Transmissão	Dividendos Declarados	N/A	N/A	2026	(26.301)	-

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos Administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.739	3.964	4.794	1.956
Títulos e valores mobiliários	-	10.351	-	11.216
Contas a receber de clientes e outros	10.750	-	9.947	-
Outros ativos financeiros	2.578	-	1.520	-
	21.067	**14.315**	**16.261**	**13.172**
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	19.650	-	18.013	-
Empréstimos e financiamentos	502.478	-	502.151	-
Outros passivos financeiros	5.602	-	2.716	-
	527.730	**-**	**522.880**	**-**

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado
15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 (análise de sensibilidade). **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3.964	1.956
Títulos e valores mobiliários	10.351	11.216
	14.315	**13.172**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.
15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que, em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	502.478	502.478	502.151	502.151

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amort